

ISSN 2526-5822

CONJUNTURA



03
2021



CONJUNTURA LATITUDE SUL

ISSN 2526-5822

O Conjuntura Latitude Sul é uma publicação mensal voltada ao acompanhamento das notícias relacionadas aos temas de pesquisa dos grupos que integram a plataforma LATITUDE SUL (GRISUL, LABMUNDO, NEAAPE, OPSA).

A publicação é destinada ao monitoramento dos seguintes temas:

América do Sul: política externa e política doméstica; Política externa brasileira; Internacionalização das políticas públicas; Direitos Humanos; Gênero e relações internacionais; Migrações; Cooperação internacional para o desenvolvimento e cooperação sul-sul; Política externa em perspectiva comparada (em particular, África do Sul, China, Índia, México e Turquia); Meio ambiente e desenvolvimento sustentável na agenda internacional.

A publicação é vinculada ao Programa de Pós-Graduação do Instituto de Estudos Sociais e Políticos da UERJ (IESP/UERJ) e ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNIRIO.

Corpo Editorial

Editora Executiva: Bruna Soares de Aguiar

Conselho Editorial: Carlos R. S. Milani, Enara Echart Muñoz, Fernanda Cristina Nanci Izidro Gonçalves, Leticia Pinheiro, Maria del Carmen Villarreal Villamar, Maria Regina Soares de Lima, Marianna Restum Antonio de Albuquerque, Rubens de S. Duarte.

Editoria de Redação: Alice Vieira Lima Cavalcante, Amanda Pereira Pinto, Amanda Silvestre, André Pimentel Ferreira Leão, Andrés Londoño Niño, Beatriz Bandeira de Mello Souza e Silva, Beatriz Pontes, Bruna Soares de Aguiar, Caio Samuel Milagres Soares, Diogo Ives de Quadros, Eduarda Lattanzi Menezes, Eduardo Morrot, Gabriel Fragoso, Ghaio Nicodemos Barbosa, Giovana Esther Zucatto, Henrique Rabello de Carvalho, Hugo Bras Martins da Costa, Juliana de Sant'Anna Cunha, Juliana Pinto Lemos da Silva, Kayo Moura da Silva, Leandro Wolpert dos Santos, Leilane Nascimento dos Reis Santos, Luã Braga de Oliveira, Lucca Fantuzzi Soares, Marcelly Firmino, Márcia Miranda Charneski, Marília Closs, Murilo Gomes da Costa, Pablo Saturnino Braga, Renata Albuquerque Ribeiro, Roger Lucas Correa Martins, Thaís Jesinski Batista.

O Latitude Sul está localizado no Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (IESP-UERJ).

Rua da Matriz 82, Botafogo

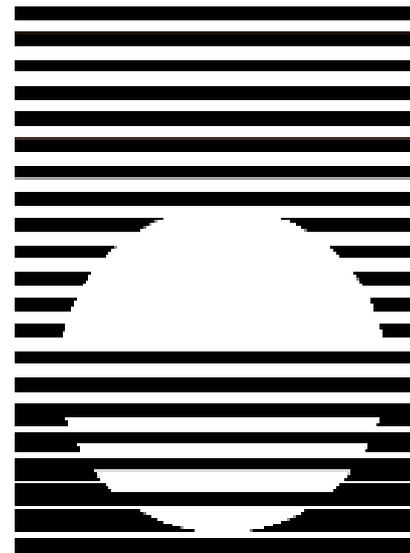
Rio de Janeiro, RJ

CEP: 22260-100 – Brasil

Tel: +55 (21) 2266-8300

LATITUDE SUL

latsul.org



SUMÁRIO

Página 04

Após sofrer forte pressão doméstica, chanceler brasileiro pede demissão do cargo
Prefeitos e governadores pedem ajuda internacional e denunciam Governo Federal

Página 05

Brasil assume papel de receptor na ajuda externa da Covid-19
Brasil volta a se opor à suspensão de patentes de vacinas contra a Covid-19 na OMC

Página 06

Brasil rejeita ato de apoio aos imigrantes na ONU, enquanto Polícia Federal invade abrigo para refugiados
Na ONU e no Senado, Brasil retrocede na agenda de gênero

Página 07

Crise sanitária aprofunda crise humanitária no Sul Global
Negociações de vacinas e politização em meio ao agravamento da Covid-19 na Venezuela
Pandemia da Covid-19 gera crise política no Paraguai

Página 08

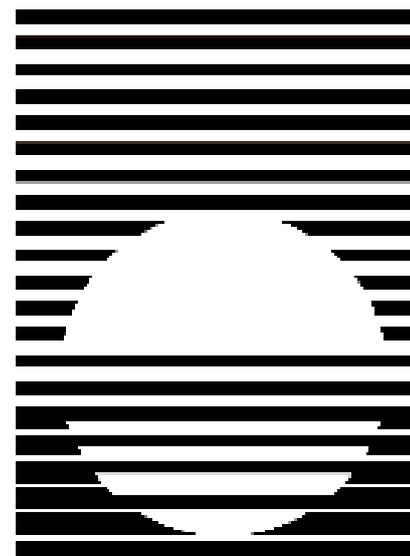
Chanceler peruano negocia a aquisição de vacinas para Covid-19
Atritos entre membros do Mercosul durante a reunião de 30 anos do bloco

Página 09

Enfrentamentos entre grupos armados da Colômbia e Força Armada Nacional Bolivariana
Prisão de Jeanine Áñez na Bolívia gera repercussões nacionais e internacionais

Página 10

T-MEC é tema da primeira videoconferência entre López Obrador e Joe Biden
Manifestações para erradicar a violência de gênero marcam o mês de março no México



Página 11

Relatório da Human Rights Watch denuncia complexa rede de perseguição e violência à população LGBTI+ na Guatemala
Promessas contradizem práticas em matéria de direitos humanos e democracia na Turquia

Página 12

África do Sul diminui contaminações, relaxa restrições e compra mais vacinas
Índia e China lideram imunização de capacetes azuis da ONU
Hackers chineses invadem empresas de eletricidade e farmacêuticas na Índia

Página 13

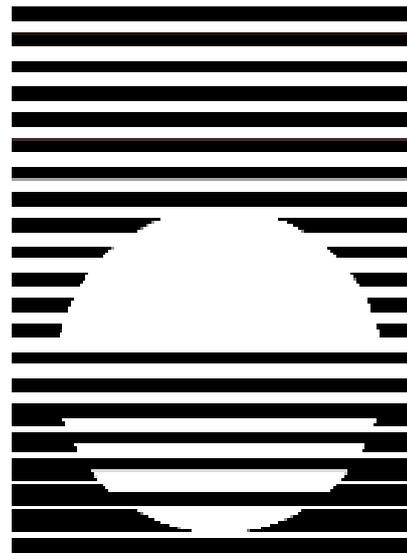
Índia, EUA, Japão e Austrália reforçam aliança de enfrentamento ao poderio econômico e militar da China no Indo-Pacífico
Temas sensíveis marcam a reunião entre China e EUA no Alasca

Página 14

China promove o diálogo entre lideranças parlamentares
Putin estabelece a diplomacia do “muito mais é quem me diz” com EUA

Página 15

Apesar da pandemia, no 8 de março movimentos de mulheres reivindicam direitos



Após sofrer forte pressão doméstica, chanceler brasileiro pede demissão do cargo

No dia 29 de março de 2021, o chanceler brasileiro, Ernesto Araújo, pediu demissão do cargo após sofrer intensa pressão política e ser abandonado por integrantes do próprio governo. A gestão de Araújo à frente do Itamaraty já vinha sendo questionada desde o início da pandemia de Covid-19 em 2020, em virtude das desavenças diplomáticas criadas com a China, país a que culpou pela disseminação global da doença. No início de 2021, com a deflagração no Brasil da segunda onda da pandemia, Araújo voltou a ser duramente criticado, sendo considerado um dos principais responsáveis pelo atraso na importação de vacinas e insumos provenientes da China e da Índia. No dia 22 de março, em reunião com os presidentes da Câmara dos Deputados e do Senado, Arthur Lira (PP) e Rodrigo Pacheco (DEM), respectivamente, um grupo de empresários representantes de diversos setores econômicos condenou a postura negacionista e de omissão de Araújo diante da pandemia. Em 24 de março, durante reunião no Palácio do Alvorada, o chanceler foi cobrado por Lira para que tivesse uma atuação mais efetiva na busca pelas vacinas no exterior através da ampliação do diálogo com países considerados estratégicos. Também no dia 24, senadores de diferentes siglas partidárias pediram a demissão de Araújo em uma sessão da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CREDN) para a qual o chanceler fora convocado a fim de prestar esclarecimentos a respeito dos esforços do Itamaraty na obtenção de vacinas. Segundo alguns parlamentares, a saída de Araújo poderia salvar vidas. No dia 27, um grupo de mais de 300 diplomatas publicou uma carta pedindo a demissão do chanceler. Conforme o manifesto, que contou com a assinatura de ao menos dez embaixadores, a política externa conduzida por Araújo causou graves prejuízos às relações internacionais e à imagem do Brasil. O golpe final veio após Araújo, sentindo-se encurralado, ter partido para o contra-ataque ao acusar a senadora e presidente da CREDN, Kátia Abreu (PP), de ter feito lobby em favor do fornecimento nacional da internet 5G pela China. Em resposta, a senadora e demais colegas parlamentares subiram o tom e passaram a exigir a demissão imediata do chanceler. O embaixador Carlos Alberto Franco França, considerado

de pouca expressão no Itamaraty, substituiu Araújo no comando da chancelaria brasileira. O assessor especial da Presidência da República para assuntos internacionais, Filipe Martins, próximo de Araújo, também foi pressionado por parlamentares a abdicar do cargo após fazer um gesto obsceno ou que pode estar associado a supremacistas brancos durante a mesma sessão da CREDN do Senado em que Araújo foi questionado. No dia 31 de março, o plenário da casa aprovou uma moção de censura contra Martins.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 23/03/2021; [Folha de S. Paulo](#), 27/03/2021; [Estadão](#), 28/03/2021; [Estadão](#), 28/03/2021; [G1](#), 28/03/2021; [G1](#), 29/03/2021; [Folha de S. Paulo](#), 29/03/2021; [O Globo](#), 31/03/2021.

Prefeitos e governadores pedem ajuda internacional e denunciam Governo Federal

No mês de março de 2021, após o Brasil ter atingido sucessivos recordes de infecções e mortes pela Covid-19, prefeitos e governadores uniram esforços para solicitar ajuda internacional aos seus municípios e estados. No dia 29 de março, prefeitos de oito cidades brasileiras, reunidos em torno da Frente Nacional de Prefeitos (FNP), confeccionaram um vídeo, com legenda em inglês, com objetivo de angariar apoio internacional para suprimento de vacinas, leitos, remédios, equipamentos de testagem e auxílio às populações de baixa renda. Sem mencionar diretamente o Governo Federal, os prefeitos afirmam que encontram barreiras para conseguir esses insumos nacionalmente. Também no dia 29, 16 governadores assinaram uma carta em que denunciam autoridades federais que estariam estimulando motins policiais e a difusão de “fake news” acerca das medidas restritivas determinadas pelos estados para controle da propagação do novo coronavírus. Em 30 de março, o Fórum dos Governadores enviou uma carta ao secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), Antonio Guterres, para pedir ajuda humanitária aos estados brasileiros, destacando que o Brasil é atualmente o epicentro da pandemia global da Covid-19.

Fontes: [Estadão](#), 29/03/2021; [G1](#), 29/03/2021; [Valor Econômico](#), 29/03/2021; [CNN](#), 30/03/2021.

Brasil assume papel de receptor na ajuda externa da Covid-19

Durante o mês de março de 2021, diferentes iniciativas lideradas por entidades subnacionais, que estavam insatisfeitas com os resultados obtidos junto ao governo federal, requisitaram ajuda internacional para fortalecer o combate à pandemia da Covid-19 no Brasil. Primeiramente, o consórcio de municípios decidiu solicitar ajuda no âmbito da iniciativa multilateral Covax Facility, inicialmente negligenciada pelo Ministério da Saúde, bem como negociar doses de vacinas em países com excedentes. Com isso, os prefeitos têm usado seu capital político e redes transnacionais para angariar mais vacinas e satisfazer seus eleitores. Durante reunião virtual, houve a aprovação do estatuto e do programa Conectar - Consórcio Nacional de Vacinas das Cidades Brasileiras, do qual 2,6 mil municípios manifestaram interesse em participar. Na ocasião, 1731 já haviam aprovado projetos de lei municipais para integrarem o grupo. Por sua vez, o senador Randolfe Rodrigues (Rede-Amapá), líder da oposição no Senado, articulou junto ao embaixador da Venezuela, Alberto Castellar, a doação de oxigênio a ser enviado para o Amapá. A região norte tem sido duramente afetada pela falta do insumo em um momento crítico da pandemia no Brasil. Durante reunião da Comissão Temporária da Covid-19 no Senado, a senadora Kátia Abreu (Progressistas-Tocantis), presidente da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado da República (CREDN), apresentou um relato das medidas que a Comissão está adotando a fim de garantir mais imunizantes para o país. A CREDN apresentou uma moção de apelo internacional endereçada a inúmeros atores internacionais relevantes como o G20, a ONU, a OMS, a OCDE, o Parlamento Europeu, além de embaixadas e empresas produtoras de vacinas. Simultaneamente, uma carta foi enviada à vice-presidente dos Estados Unidos, Kamala Harris, que também preside o Senado estadunidense. O intuito é comunicar o interesse brasileiro em comprar o excedente norte-americano de vacinas. As iniciativas ocorridas durante o mês de março sinalizam que o Brasil, que antes tinha uma dupla inserção como provedor e receptor de políticas de cooperação internacional, agora ocupa a posição de beneficiário da ajuda, mesmo sendo produtor de duas vacinas de eficácia reconhecida no combate à Covid-19.

Fontes: [Agência Brasil](#), 22/03/2021; [Diário do Centro do Mundo](#), 22/03/2021; [G1](#), 22/03/2021.

Brasil volta a se opor à suspensão de patentes de vacinas contra a Covid-19 na OMC

Em meio à escalada do número de infectados e de mortes causadas pela Covid-19 no país, o Brasil voltou a se posicionar contra a suspensão de patentes de vacinas para o novo coronavírus durante reunião do conselho do regime de propriedade intelectual, Trade-Related Aspects of Intellectual Property Rights (TRIPs), da Organização Mundial de Comércio (OMC), realizada entre os dias 10 e 11 de março. A proposta para a suspensão de patentes foi apresentada pela Índia e África do Sul em outubro de 2020 e prevê a suspensão temporária de quatro seções do acordo TRIPs, relacionadas a patentes, desenho industrial e proteção de informações confidenciais. A ideia é que a suspensão perdure até que a vacinação contra a Covid-19 tenha se ampliado e a maioria da população mundial esteja imunizada. De acordo com os defensores da proposta, que incluem a quase totalidade das nações em desenvolvimento, alguns países teriam capacidade industrial ociosa que poderia ser utilizada para a produção de vacinas e medicamentos genéricos para, assim, acelerar a imunização global. Entretanto, desde o início, o Brasil é uma das únicas nações em desenvolvimento a rejeitar a iniciativa, acompanhando o posicionamento dos países desenvolvidos, liderados pelos EUA e União Europeia. Segundo o entendimento brasileiro, a proposta indo-sul-africana é demasiadamente ampla, por envolver, além de vacinas, máscaras, luvas e respiradores. Ademais, a escassez de vacinas e equipamentos seria resultado, principalmente, da falta de capacidade produtiva e da insuficiência logística, e não da proteção garantida pelas patentes. Por fim, os representantes brasileiros argumentam que o acordo TRIPs já prevê a possibilidade do chamado licenciamento compulsório de remédios em emergência sanitárias e que, portanto, existem outros mecanismos que poderiam viabilizar a ampliação de acesso às vacinas e medicamentos. A objeção brasileira contribuiu para que a reunião terminasse em um impasse, após três horas de discussão. Mesmo assim, os países membros concordaram em reunir-se em abril para discutir novamente a proposta.

Fontes: [Folha de S. Paulo](#), 10/03/2021; [O Globo](#), 10/03/2021; [WTO](#), 11/03/2021; [DW](#), 12/03/2021; [BBC](#), 22/03/2021.

Brasil rejeita ato de apoio aos imigrantes na ONU, enquanto Polícia Federal invade abrigo para refugiados

No dia 17 de março de 2021, policiais armados e encapuzados da Força Integrada de Combate ao Crime Organizado invadiram o abrigo São José, da Pastoral do Migrante para pessoas em situação de refúgio, localizado na cidade de Pacaraima, no estado de Roraima. A ação ocorreu sem ordem judicial e com a condução da freira dirigente do local, irmã Ana Maria da Silva, para a delegacia, sob a justificativa de que estaria cometendo crime contra a saúde pública. A Polícia Federal alega que recebeu uma denúncia de aglomeração no local, o que iria contra o decreto municipal referente à pandemia. Na ocasião, o abrigo acolhia 55 mulheres, incluindo grávidas, e crianças venezuelanas que, caso contrário, estariam em situação de rua. Apesar disso, as famílias abrigadas foram encaminhadas para deportação sumária com a alegação de que estariam indocumentadas. Ainda no mês de março, no dia 25, foi publicada a portaria interministerial nº 19 que simplificou a documentação para a obtenção de residência temporária dos nacionais de países fronteiriços que não fazem parte do Acordo Mercosul, porém não contempla quem entrou no país por via terrestre durante o fechamento das fronteiras, condenando os venezuelanos a ficarem indocumentados e passíveis de deportação. Um dia após à invasão ao abrigo, a Defensoria Pública da União (DPU) e o Ministério Público Federal (MPF) ajuizaram uma ação civil pública, expondo que vem ocorrendo a criminalização da ajuda humanitária, além de requerer a não deportação e uma indenização de 25 milhões de reais por danos morais coletivos. O juiz concedeu a liminar, evitando a deportação e proibindo novas visitas aos abrigos, entretanto a União recorreu da decisão e, no dia 30 de março, o desembargador suspendeu a liminar, mas ainda cabe recurso a essa decisão. Em consonância com o ocorrido, no início do mês de março, 95 países se reuniram na sede do Conselho de Direitos Humanos da ONU com o objetivo de elaborar uma declaração de compromisso com os imigrantes principalmente durante a pandemia. Contudo, de forma semelhante ao ocorrido com o Pacto Global para a Migração, o governo brasileiro optou por ficar de fora. Segundo a ONG Conectas, a atitude do governo Bolsonaro só

reforça a política discriminatória que já vem adotando com imigrantes e refugiados durante a pandemia, como a deportação sumária, além de evidenciar a falta de compromisso do Governo Federal com a proteção dos direitos humanos.

Fontes: [UOL](#), 09/03/2021; [G1](#), 18/03/2021; [Folha BV](#), 19/03/2021; [MigraMundo](#), 19/03/2021; [G1](#), 25/03/2021; [MigraMundo](#), 29/03/2021.

Na ONU e no Senado, Brasil retrocede na agenda de gênero

No dia 8 de março de 2021, o Brasil decidiu não participar de ato promovido por Finlândia e México no Conselho de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) pelo Dia Internacional da Mulher. Segundo o Ministério de Relações Exteriores (MRE), a decisão foi pautada por uma suposta ambiguidade no trecho sobre direitos sexuais e reprodutivos. Com essa posição, o Brasil ficou ao lado de Arábia Saudita, Egito, Rússia e China. Organizações como o Instituto Marielle Franco, Justiça Global e Instituto de Desenvolvimento e Direitos Humanos aproveitaram a ocasião para denunciar o Brasil pelo aumento da violência contra as mulheres que exercem cargos públicos. No dia 14 de março, o embaixador francês na ONU, François Rivasseau, criticou a postura brasileira respaldada no bloco ultraconservador Consenso de Genebra, formado por países como Hungria, Polônia e Indonésia. O Brasil também retrocedeu na agenda doméstica de direitos humanos quando, no dia 23 de março, a PL 5435/2020 de autoria do senador Eduardo Girão (Podemos-CE) voltou à pauta. A proposta, que busca consolidar o Estatuto da Gestante, defende o direito à vida desde a concepção e o pagamento de um auxílio financeiro à mulher vítima de violência. Parlamentares apontam que o projeto, além de ser inconstitucional, fere o Código Penal que permite o aborto legal em casos de estupro e de risco à gestante, além de ser uma violação ao direito da mulher de prosseguir ou não com a gravidez. O debate sobre o projeto colocou a “hashtag” #BolsaEstupro entre os assuntos mais comentados do Twitter.

Fontes: [UOL](#), 08/03/2021; [UOL](#), 14/03/2021; [Sul21](#), 23/03/2021; [Congresso em Foco](#), 23/03/2021.

Crise sanitária profunda crise humanitária no Sul Global

O Sul Global enfrenta a crise sanitária de maneira ainda mais severa, considerando a desigualdade na distribuição das vacinas. A Palestina, por exemplo, denuncia que está passando por um apartheid sanitário, tendo em vista o baixo número de doses distribuídas, em oposição a Israel, que segue sendo elogiado por ser um dos líderes em vacinação. Já no Brasil, com mais de 300 mil óbitos em razão da Covid-19, completados no dia 24 de março, e o colapso do sistema de saúde, cientistas nacionais falam em crise humanitária. No país, a vacinação continua avançando de forma lenta e foi interrompida por ausência de doses em alguns municípios durante o mês de março. Além disso, as ações de combate à pandemia continuam sem uma coordenação política e estratégica entre os entes federativos. No dia 27 de março, o presidente da Bolívia, Luis Arce, anunciou o início da vacinação contra a Covid-19 na fronteira com o Brasil diante dos altos números de contágios e mortes como consequência do avanço da doença no país vizinho. Outra situação que afeta diretamente a situação humanitária do Brasil é a violência. Mesmo com a decisão do Supremo Tribunal Federal que restringiu operações policiais em comunidades durante a pandemia, também no dia 27 de março, moradores do Complexo da Maré, no Rio de Janeiro, relataram a ocorrência de uma operação que resultou na morte de três pessoas.

Fontes: [G1](#), 11/03/2021; [UOL](#), 14/03/2021; [Efe](#), 27/03/2021; [O Globo](#), 27/03/2021; [Época](#), 30/03/2021.

Negociações de vacinas e politização em meio ao agravamento da Covid-19 na Venezuela

Em março de 2021, a situação da Covid-19 na Venezuela se agravou. Diante do aumento de casos, o presidente Nicolás Maduro decretou um cerco sanitário na capital Caracas e nos estados de Miranda, Vargas e Bolívar, a partir do dia 15 de março. Já no dia 21 de março, o governo decretou uma quarentena radical de 14 dias. A presença da variante brasileira foi apontada como um fator fundamental no agravamento da doença no país. Nesse sentido, no dia 10 de março, a chancelaria venezuelana já havia divulgado uma carta, dirigida ao secretário geral da Organização das Nações Unidas (ONU), com um pedido de intervenção

no Brasil para controlar a Covid-19. O descontrole da doença no território brasileiro, causado pela negligência do governo de Jair Bolsonaro, é visto como uma ameaça à região sul-americana. Neste contexto, o aumento no número de casos da Covid-19 na Venezuela ocorre em meio às negociações sobre novas vacinas. Doses da vacina russa Sputnik V e da vacina chinesa Sinopharm já estão sendo aplicadas no país desde os dias 18 de fevereiro e 8 de março, respectivamente. No dia 21 de março, o governo de Maduro anunciou que a Venezuela participará da fase final dos testes de duas vacinas cubanas, a Soberana 2 e a Abdala. Além disso, em março, o governo de Maduro e a oposição chegaram a um acordo para a compra de vacinas utilizando a plataforma Covax, da Organização Mundial da Saúde (OMS). As doses a serem adquiridas seriam, a princípio, da AstraZeneca, de origem britânica. No dia 15 de março, no entanto, a vice-presidente Delcy Rodríguez, afirmou que a Venezuela não aprovaria o uso dessa vacina por complicações que estariam ocorrendo em pessoas que receberam doses da AstraZeneca na Europa. A oposição reagiu criticando o governo. Por fim, em 30 de março, surgiram indicações de que o governo de Maduro optaria pela vacina desenvolvida pela farmacêutica belga Janssen, controlada pela empresa estadunidense Johnson&Johnson. Nesse mesmo dia, foi registrada a chegada de doses de outra vacina russa, a EpiVacCorona. Até o mês de março, apenas 0,05% da população venezuelana havia sido vacinada.

Fontes: [El Nacional](#), 05/03/2021; [Opera Mundi](#), 11/03/2021; [CNN](#), 16/03/2021; [El País](#), 21/03/2021; [Folha de S. Paulo](#), 21/03/2021; [El Nacional](#), 21/03/2021; [Opera Mundi](#), 29/03/2021; [El Nacional](#), 30/03/2021; [El Nacional](#), 30/03/2021.

Pandemia da Covid-19 gera crise política no Paraguai

Em março de 2021, iniciou-se em Assunção, capital do Paraguai, uma onda de protestos contra a gestão da pandemia por parte do governo. A população saiu às ruas para manifestar seu crescente descontentamento com o descontrole das infecções pelo coronavírus e o baixo número de vacinas distribuídas em território nacional. Os protestos foram marcados pelo embate entre manifestantes e a polícia, deixando algumas dezenas de feridos. Em resposta à situação, o presidente Mario Abdo Benítez anunciou, no dia

6 de março, a mudança dos ministros da Educação, da Mulher e do chefe de Gabinete do governo. No dia anterior, Julio Mazzoleni, ministro da Saúde, já havia solicitado sua demissão. Em meio a pedidos de renúncia de Abdo Benítez nas manifestações populares, o Partido Liberal, o maior partido da oposição no país, apresentou à Câmara de Deputados um pedido de impeachment contra o presidente e seu vice, Hugo Velázquez, acusados de corrupção e de falhas na gestão da pandemia. No pedido de impeachment, constava, ainda, que o governo teria cometido erros na transferência de pagamentos das vacinas contra a Covid-19, os quais teriam sido direcionados à Aliança para a Vacina, fundação de Bill Gates, e não para o mecanismo Covax, da Organização Mundial da Saúde (OMS). Entretanto, a Câmara dos Deputados do Paraguai, na qual o Partido Colorado, o mesmo do presidente, possui maioria, decidiu não dar continuidade ao processo de impeachment. Com o atraso da chegada de novas doses, o país tem dependido da cooperação internacional. A Comissão de Relações Exteriores do Senado paraguaio enviou cartas aos governos da Rússia, EUA, Índia, Taiwan e Reino Unido, pedindo orientações para conseguir mais vacinas. Além disso, o governo chileno fez uma doação de 20 mil doses ao Paraguai.

Fontes: [Cooperativa](#), 06/03/2021; [La Nación](#), 07/03/2021; [Infobae](#), 11/03/2021; [ABC](#), 16/03/2021; [El País](#), 18/03/2021.

Chanceler peruano negocia a aquisição de vacinas para Covid-19

No mês de março de 2021, o chanceler Allan Wagner esteve engajado em adquirir imunizantes para a Covid-19 necessários para vacinar a população do Peru. Wagner assumiu a pasta de Relações Exteriores em fevereiro após a demissão de Elizabeth Astete, ministra que esteve implicada no escândalo envolvendo a vacinação irregular de membros do alto escalão do governo. No dia 10 de março, o chanceler anunciou ao Congresso Nacional que estava dando início a negociações para adquirir cerca de 80 milhões de doses de vacinas, diversificando os fornecedores. Segundo o ministro, o governo peruano já teria garantido 48 milhões de doses através de contratos com a Pfizer, AstraZeneca e pelo mecanismo Covax Facility. Agora o chanceler negocia a aquisição de

cerca de 51 milhões de doses de diversos imunizantes com os laboratórios Gamaleya, Johnson & Johnson, Moderna, e Instituto Butantã. No dia 15 de março, foi iniciado pelo Instituto Gamaleya o procedimento para a aprovação sanitária da vacina Sputnik V junto ao Ministério da Saúde, o que permitirá a aquisição futura do imunizante russo. No dia 27 de março, o embaixador russo Igor Romanchenko esteve no Palácio de Torre Tagle, sede do Ministério das Relações Exteriores, para reunião oficial com o ministro peruano para avançar o processo de aquisição de 20 milhões de doses da vacina Sputnik V.

Fontes: [Gestión](#), 05/03/2021; [El Peruano](#), 10/03/2021; [Andina](#), 10/03/2021; [El Comercio](#), 10/03/2021; [El Comercio](#), 15/03/2021; [Andina](#), 25/03/2021; [Gestión](#), 26/03/2021; [El Comercio](#), 27/03/2021.

Atritos entre membros do Mercosul durante a reunião de 30 anos do bloco

Em 26 de março de 2021, ocorreu a Cúpula comemorativa do trigésimo aniversário da assinatura do Tratado de Assunção, que criou o Mercosul. Compareceram os presidentes dos membros plenos, Jair Bolsonaro (Brasil), Alberto Fernandez (Argentina), Luiz Lacalle Pou (Uruguai) e Mario Abdo Benítez (Paraguai), e dos membros associados, Sebastian Piñera (Chile) e Luis Arce (Bolívia). Na reunião, o presidente uruguaio voltou a pautar a flexibilização do bloco para que os Estados-membros possam, individualmente, avançar em negociações comerciais com outros blocos econômicos, medida que tem apoio dos governantes brasileiro e paraguaio. O líder argentino, que preside o bloco pro-tempore, reforçou o papel do Mercosul na região e se opôs a alegações de que os condicionantes do acordo sejam uma espécie de camisa de força. Propôs, ainda, a criação de um observatório de qualidade da democracia, e de outro para a prevenção da violência de gênero. Abdo Benítez defendeu a união dos membros para a aquisição de vacinas para enfrentar a pandemia da Covid-19. Entre os temas debatidos na Cúpula estão a criação do estatuto de cidadania do Mercosul e a adesão da Bolívia como membro pleno, algo que depende da ratificação por parte do

Congresso Nacional brasileiro. Um elemento que causou constrangimento foi a saída do presidente Jair Bolsonaro no meio da reunião virtual, enquanto seus homólogos permaneciam na chamada de vídeo. Durante a reunião, o presidente brasileiro reforçou o pleito uruguaio pela flexibilização e criticou a necessidade de as decisões do bloco precisarem ser feitas por via de consenso. A Venezuela, governada por Nicolás Maduro, não participou do encontro e segue suspensa do Mercosul desde 2016. A saída da Argentina do Grupo de Lima, no dia 24 de março deste ano, aponta para uma redução da pressão regional contra o governo venezuelano, e o atual mandatário argentino reforçou que o isolamento do país não trouxe benefícios para solucionar a crise política que a Venezuela enfrenta.

Fontes: [El País](#), 24/03/2021; [El Observador](#), 26/03/2021; [O Globo](#), 26/03/2021; [El País](#), 27/03/2021; [Correo del Sur](#), 27/03/2021; [Folha de S. Paulo](#), 29/03/2021.

Enfrentamentos entre grupos armados da Colômbia e Força Armada Nacional Bolivariana

Desde meados de março de 2021, vários confrontos armados têm ocorrido entre a Força Armada Nacional Bolivariana (FANB) e grupos armados colombianos. Após intensos bombardeios por parte de militares venezuelanos, grupos dissidentes da guerrilha das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC), que tomaram de novo as armas após os Acordos de Paz, têm atacado locais militares e de alfândega no estado de Apure, na fronteira entre a Colômbia e a Venezuela, onde opera também o Exército de Libertação Nacional (ELN). Os combates causaram a expulsão de aproximadamente 4.000 venezuelanos, que rumaram ao município de Arauquita, do lado colombiano, onde foi declarado estado de emergência. O governo venezuelano tem acusado a Colômbia de proteger os grupos irregulares para atacar à Venezuela. O chanceler venezuelano afirmou que as autoridades colombianas enviaram militares para proteger os grupos armados irregulares, que não eram apreendidos nem capturados. O presidente Maduro acusou a Colômbia de provocar os militares venezuelanos, e o ministro da Defesa venezuelano afirmou que os grupos atuam com apoio do presidente Iván Duque e do Comando Sul dos Estados Unidos. Por sua vez, o

ministro da Defesa da Colômbia disse que o governo venezuelano combate os grupos armados seletivamente e que os militares venezuelanos participam do narcotráfico junto aos grupos armados colombianos. A chancelaria colombiana manifestou sua preocupação pela chegada de migrantes no departamento de Arauca. Por outro lado, na Colômbia também ocorreram bombardeios a grupos dissidentes das FARC. Em 2 de março, foi bombardeado um acampamento onde havia menores de idade, o que gerou críticas da oposição e organizações defensoras de direitos humanos, particularmente ao ministro da Defesa colombiano, que afirmou que as crianças recrutadas por estes grupos eram máquinas de guerra.

Fontes: [BBC](#), 11/03/2021; [El País](#), 24/03/2021; [RT](#), 28/03/2021; [Semana](#), 29/03/2021.

Prisão de Jeanine Áñez na Bolívia gera repercussões nacionais e internacionais

No dia 13 de março de 2021, Jeanine Áñez, ex-presidenta interina da Bolívia, foi detida pela polícia boliviana e está sob prisão preventiva pelas acusações de sedição e terrorismo. Áñez ainda responderá por outras quatro acusações de corrupção, de acordo com Ivan Lima, ministro da Justiça. Além de Jeanine Áñez, a Justiça boliviana também emitiu ordem de prisão aos ex-ministros transitórios Alvaro Coimbra, de Justiça, Álvaro Rodrigo Guzmán, de Energia, Yerko Nuñez, de Presidência, Arturo Murillo, de Governo e Interior, e Luiz Fernando López, de Defesa. Os últimos dois, no entanto, já haviam saído do país. Também foram emitidas ordens de prisão contra Williams Kaliman, então comandante das Forças Armadas que, em novembro de 2019, sugeriu a renúncia do ex-presidente Evo Morales, Yuri Calderón, ex-comandante das forças policiais, e de líderes de grupos paramilitares que participaram do golpe em 2019. A prisão de Áñez foi mal recebida pela oposição, que afirma que o governo do presidente Luis Arce, do Movimento ao Socialismo (MAS), está tomando medidas anti-democráticas, de perseguição e de desrespeito aos direitos humanos. Manifestantes foram às ruas tanto para protestar contra as prisões quanto para comemorá-las e exigir justiça pelos massacres de Sacaba e Senkata, realizados durante o governo de Áñez, que mataram mais de 35 pessoas. A Secretaria Geral da Organização dos Estados Americanos (OEA) expressou preocupação frente ao que chamou de “abuso de mecanismos judiciais que

se tornaram novamente instrumentos repressivos do partido do governo”. O governo dos EUA, por meio do Departamento de Estado, também manifestou preocupação. Jair Bolsonaro afirmou que a prisão de Áñez foi descabida e anti-democrática, e o Itamaraty lançou nota afirmando que acompanha com preocupação a situação na Bolívia. O Ministério das Relações Exteriores boliviano pediu, em nota, que o Brasil e os EUA não interfiram em assuntos internos do país. Em viagem ao México, Luis Arce assinou declaração conjunta com Manuel Lopez Obrador, presidente mexicano, reafirmando que os princípios de não-intervenção e respeito à autodeterminação e à soberania devem guiar a OEA, e que a organização deve ter caráter técnico, objetivo e imparcial.

Fontes: [Nodal](#), 12/03/2021; [UOL](#), 15/03/2021; [El País](#), 16/03/2021; [Folha de S. Paulo](#), 22/03/2021; [El País](#), 25/03/2021; [La Razón](#), 25/03/2021.

T-MEC é tema da primeira videoconferência entre López Obrador e Joe Biden

No dia 1º de março de 2021, os presidentes do México e do EUA realizaram sua primeira videoconferência após a eleição de Biden. Na conversa, AMLO e o mandatário estadunidense trataram de temas como política migratória, economia e a pandemia da Covid-19. Joe Biden afirmou que sua gestão considerará o México como igual e buscará trabalhar em conjunto para uma migração ordenada. Especificamente na área econômica, o tema conversado foi o T-MEC, tratado que envolve, além dos dois países, o Canadá. Esta questão já havia sido pauta quando, ainda em fevereiro, Katherine Tai, representante de comércio dos EUA, anunciou que o Tratado de Livre Comércio seria prioridade do atual governo. Também no dia 1º de março, o secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, ressaltou a importância que o Tratado terá como ferramenta para impulsionar a recuperação da América do Norte, após a pandemia da Covid-19. Esta medida compõe, segundo Blinken, a política de Biden denominada Build Back Better. Segundo Tatiana Clouthier, secretária da Economia do México, López Obrador também está apostando muito no T-MEC. A interrupção das cadeias de abastecimento na América do Norte tem sido uma das principais preocupações do governo mexicano, que sofreu grande impacto em sua indústria energética durante a pandemia. No campo sanitário, algumas promessas parecem estar sendo cumpridas: no dia 17 de março, foi noticiado que México e Canadá serão prioridade para recebimento de vacinas contra a Covid-19

que estejam sendo produzidas nos EUA. Segundo a agência Bloomberg, Biden deu prioridade aos sócios na exportação a partir de maio, quando acredita que o abastecimento interno estadunidense estará garantido e cobrirá a necessidade de toda a população.

Fontes: [Infobae](#), 24/02/2021; [RT](#), 01/03/2021; [El Financero](#), 01/03/2021; [Latin Magazine](#), 17/03/2021.

Manifestações para erradicar a violência de gênero marcam o mês de março no México

O mês de março de 2021, foi marcado por manifestações de ativistas feministas contra a falta de políticas para combater a violência de gênero e contra o presidente mexicano Andrés Manuel López Obrador (AMLO). Na iminência dos protestos, o governante, dias antes do ato de 8 de março, mandou colocar uma cerca no perímetro do Palácio Nacional na tentativa de evitar as manifestações. As ativistas transformaram a cerca em um muro de memórias, com nomes de mulheres vítimas do crime de feminicídio, e projetaram a frase México feminicida, na fachada do Palácio Nacional. AMLO também tem sido criticado por constantes declarações nas quais apoia Félix Salgado Macedonio, candidato do partido Morena, no estado de Guerrero, denunciado por estupro. No dia 28 de março, ocorreu outra manifestação contra a violência de gênero, novamente em frente ao Palácio Nacional. Na véspera do Fórum pela Igualdade de Gênero da Organização das Nações Unidas e dos governos mexicano e francês, ativistas fizeram uma vigília durante toda a madrugada com cartazes com as fotos de vítimas de feminicídio e com a projeção da frase SOS Estão nos matando, na fachada do Palácio Nacional. Entre as ativistas presentes estava Irinea Buendía, a mãe de Mariana Buendía, vítima de feminicídio em 2010, caso emblemático que mudou a jurisprudência mexicana a partir da inclusão do enfoque de gênero na sentença. Irinea criticou a atuação das autoridades que, apesar dos altos números de casos de mortes de mulheres em razão de seu gênero (967 casos em 2020, segundo dados oficiais), fazem pouco para prevenir, sancionar e erradicar a violência de gênero. Três dias antes da vigília, Irinea Buendía liderou um protesto em frente à Fiscalía General de Justicia del estado de México (FGJEM), para exigir justiça para sua filha e outras vítimas de feminicídio. Na ocasião, Irinea defendeu

que, apesar da Sentença Mariana Buendía decretar que se investigue com perspectiva de gênero todo homicídio de mulheres, na prática, a corrupção e a negligência têm prevalecido.

Fontes: [El País](#), 08/03/2021; [La Jornada](#), 25/03/2021; [DW](#), 29/03/2021.

Relatório da Human Rights Watch denuncia complexa rede de perseguição e violência à população LGBTI+ na Guatemala

Segundo relatório publicado pela Human Rights Watch, em 19 de março de 2021, 26 guatemaltecos foram assassinados no ano de 2020 e nas primeiras semanas de 2021 por serem LGBTI+. De acordo com o documento, as autoridades de segurança, ao invés de fazerem parte de uma possível solução, na verdade, também são a causa deste problema, tendo em vista que agentes públicos da polícia do país, assim como cidadãos comuns e gangues são responsáveis pelo aumento da perseguição e da violência no que tem sido o ano mais perigoso para a população LGBTI+ na Guatemala. Galilea Moroy de León, diretora da Red Multicultural de Mujeres Trans de Guatemala, foi entrevistada para a elaboração do relatório e afirmou que já foi parada por policiais na rua, e foi agredida pelos agentes que desrespeitaram seu gênero. Em razão desta realidade enfrentada na Guatemala, o documento demanda que as autoridades do país prestem atenção à população LGBTI+ e a proteja. Contudo, em 15 de março, havia sido realizada uma conferência no Congresso do país com o politólogo argentino Agustin Laje. Laje é conhecido por suas falas de cunho preconceituoso e, na ocasião do evento, teria disseminado notícias falsas, além de ter se posicionado contra as políticas de proteção às mulheres, garantia de ensino sobre saúde sexual nas escolas e proteção à juventude e à população LGBTI+. O Executivo guatemalteco também atua de maneira contrária ao respeito dos direitos LGBTI+, como é o caso do presidente Alejandro Giammattei, conhecido por posicionamentos e falas contrárias aos direitos voltados a esta população. Em 16 de março, o governo de Giammattei criou um comitê para a proteção da vida e da família, ativistas consideraram esta medida uma cortina de fumaça com o intuito de empregar familiares de membros do governo em

mais um órgão fantasma. Ademais, na Guatemala, a legislação reconhece as instituições familiares apenas como aquelas formadas por pessoas de sexo biológico diferentes.

Fontes: [HRW](#), 19/03/2021; [El Periódico](#), 16/03/2021; [El País](#), 24/03/2021; [Agencia Ocoté](#), 25/03/2021.

Promessas contradizem práticas em matéria de direitos humanos e democracia na Turquia

No dia 2 de março de 2021, o presidente turco Recep Tayyip Erdoğan apresentou o novo plano de ação de direitos humanos em meio a um discurso segundo o qual ninguém pode ser privado de sua liberdade devido a críticas e opiniões. No entanto, acrescentou que as novas regras se aplicam, desde que as pessoas respeitem os direitos dos outros turcos. O pacote de reformas de direitos humanos promete realizar mudanças radicais no judiciário, bem como revisões na Constituição e em leis sobre a liberdade de expressão. Esse plano foi criticado pela falta de um cronograma claro para sua implementação, bem como pela exclusão das organizações não governamentais do mecanismo de proteção dos direitos humanos. Além disso, ao longo do mês, algumas ações do governo turco evidenciaram uma contradição entre o discurso e a prática sobre a promoção das políticas prometidas e o respeito aos direitos humanos. A polícia turca, no dia 19 de março, prendeu o chefe do maior grupo de direitos humanos da Turquia, Öztürk Türkddoğan, co-presidente da Associação de Direitos Humanos (IHD), junto com três altos funcionários do Partido Democrático Popular pró-Curdo (HDP). Em 20 de março, Erdoğan emitiu um decreto presidencial, retirando-se da Convenção de Istambul, que define direitos iguais entre homens e mulheres e que obriga as autoridades estatais a tomarem medidas para prevenir a violência de gênero contra as mulheres, para proteger as vítimas e para processar agressores. A Human Rights Watch acusou o presidente turco de um desmantelamento sem precedentes do respeito aos direitos humanos e às normas democráticas. Com isso, a instituição conclamou o Conselho Europeu a manifestar-se. Por sua vez, o referido Conselho reuniu-se para revisar as relações com a Turquia, alegando que o país estaria sob vigilância, como modo de fazer pressão política

no que é percebido pelos órgãos europeus como uma deterioração dos direitos e da liberdade no país. Charles Michel, presidente do Conselho Europeu, afirmou que há uma intenção do bloco em trabalhar no sentido de melhorar as relações entre o bloco e o país, mas é indispensável que a Turquia modere seu comportamento.

Fontes: [Avhal](#), 02/03/2021; [Middle East Eye](#), 06/03/2021; [Avhal](#), 19/03/2021; [Avhal](#), 20/03/2021; [Estado de Minas](#), 25/03/2021.

África do Sul diminui contaminações, relaxa restrições e compra mais vacinas

No mês de março de 2021, a África do Sul apresentou diminuição do número de casos de contaminações pelo novo coronavírus, reduzindo de 20 mil para menos de 2 mil casos por dia. Diante disso, o governo diminuiu as restrições do “lockdown” imposto em janeiro, ainda que o presidente Cyril Ramaphosa tenha alertado a população de que as medidas de precaução não deveriam ser abandonadas. Além das medidas restritivas no combate à pandemia, o país celebrou acordo com o laboratório Johnson & Johnson para a compra de 11 milhões de doses, sendo que 2,8 milhões delas com expectativa de entrega imediata. O país já assegurou 20 milhões de doses da Pfizer, que já está sendo aplicada na população, e mais 12 milhões de doses pelo consórcio Covax-Facility, da Organização Mundial da Saúde (OMS). Apesar das boas notícias, especialistas estão preocupados com um eventual atraso na vacinação, o que poderia acarretar numa terceira onda da pandemia na África do Sul. Estima-se que o país tenha que vacinar 250 mil pessoas por dia ao longo de três a quatro meses, para evitar uma nova onda, e atualmente não teria vacinas suficientes para isso. O coletivo Media Hack elaborou uma calculadora da vacinação, que estimou uma demora de 17 anos para atingir a meta de 40 milhões de vacinados no atual ritmo. A eficácia das vacinas contra variante sul-africana também é outro motivo de preocupação. Em estudo de fase três da Novavax na África do Sul que contou 4400 voluntários, a vacina do laboratório apresentou apenas 55% de eficácia. O resultado ainda não é, todavia, definitivo.

Fontes: [RTP](#), 01/03/2021; [Yahoo](#), 01/03/2021; [O Globo](#), 11/03/2021; [NPR](#), 17/03/2021; [Businessstech](#), 21/03/2021.

Índia e China lideram imunização de capacetes azuis da ONU

Em 27 de março de 2021, a Índia doou 200 mil unidades da vacina contra a Covid-19 para garantir a imunização dos militares e policiais desdobrados ao redor do mundo e, conseqüentemente, garantir a segurança de parte dos envolvidos nas operações de manutenção da paz das Nações Unidas (ONU). A doação indiana, atende a preocupação do Secretariado da Nações Unidas acerca dos desafios para a continuidade das operações de manutenção da paz durante a pandemia. Ainda em março, o embaixador da China junto à ONU enviou uma carta ao secretário geral da organização, informando que o país realizará a doação de 300 mil doses de vacina para as operações de manutenção da paz, com prioridade para a imunização dos capacetes azuis que estão servindo no continente africano. Vale destacar que combinadas, as 500 mil unidades de vacina contra a Covid-19 enviadas pela China e pela Índia serão capazes de garantir as duas doses da imunização para todos os militares e policiais em atuação nas missões de paz, assim como para os próximos contingentes que serão desdobrados ao longo do ano para atender ao sistema de rodízio da ONU. O envio de vacinas reflete o forte compromisso desses dois países asiáticos com a manutenção da paz e com o multilateralismo, assim como as suas disposições em assumir maiores responsabilidades nas Nações Unidas em um contexto de vácuo de poder deixado pela gestão Trump. Igualmente, as doações indiana e chinesa alteram o padrão estabelecido no sistema ONU, no qual os Estados do Norte são os responsáveis pelo financiamento e pela oferta de equipamentos de alta tecnologia, unidades militares especializadas e oficiais para as missões de paz, enquanto os Estados do Sul limitam-se a garantir o envio de tropas para a manutenção da paz da ONU.

Fontes: [France 24](#), 15/02/2021, [Dawn](#), 19/03/2021; [The Hindu](#), 27/03/2021; [R7](#), 02/04/2021.

Hackers chineses invadem empresas de eletricidade e farmacêuticas na Índia

No dia 1º de março de 2021, a empresa de inteligência cibernética Cyfirma informou ao governo da Índia a invasão de hackers chineses a duas empresas produtoras de vacinas contra a Covid-19: a Bharat Biotech e o Serum Institute of India (SII), que

desenvolvem, respectivamente, a Covaxin e a Astrazeneca. Ambas são utilizadas na campanha nacional de vacinação, além de produzirem vacinas para outros países, inclusive o Brasil. As denúncias de apoio do governo chinês a esta invasão, com o objetivo de obter fórmulas das vacinas, foram negadas pela China. Contudo, tal tema aumentou a tensão entre os dois países, estendendo o conflito do campo fronteiriço ao cibernético. Episódios como esse já vinham ocorrendo, como o do dia 12 de outubro de 2020, quando uma falha de 2 horas na rede elétrica de Mumbai impactou, em grande escala, as redes hospitalares e a economia da Índia. Tendo em vista que a cidade é o centro financeiro do país, a interrupção do abastecimento de energia causou significativa repercussão. A princípio, o ministro da Energia da União, RK Singh, afirmou que tal falha foi causada por erro humano. Entretanto, no dia 28 de fevereiro de 2021, a empresa estadunidense Recorded Futures, que estuda o uso da internet por atores estatais, divulgou um relatório em que atribuiu a queda de fornecimento elétrico a operações cibernéticas efetuadas por hackers chineses. E, por mais que não tenha ocorrido perda de dados devido ao incidente, a Índia investiu no planejamento de uma nova estratégia nacional para fortalecer a sua segurança cibernética.

Fontes: [India Today](#), 01/03/2021; [The Telegraph Online](#), 01/03/2021; [The Times of India](#), 01/03/2021; [The Economic Times](#), 08/03/2021.

Índia, EUA, Japão e Austrália reforçam aliança de enfrentamento ao poderio econômico e militar da China no Indo-Pacífico

No dia 12 de março de 2021, o encontro virtual entre EUA, Japão, Austrália e Índia - grupo de países conhecido como Quad - discutiu, entre outros assuntos, o planejamento financeiro para impulsionar a capacidade de fabricação de vacinas na Índia contra o coronavírus e, desse modo, acelerar a vacinação e minimizar o surgimento de novas cepas do vírus. Parte da capacidade adicional de produção de vacinas criadas na Índia será utilizada nos programas de imunização em países do sudeste asiático, reforçando a política de “vizinhos primeiro” – como é conhecida a diplomacia das vacinas indiana. Vale lembrar que o grupo foi constituído em 2007, com o objetivo de equilibrar o crescente poderio econômico e militar da China na Ásia e no Pacífico. No dia 10 de março, o governo de Joe Biden confirmou, à

agência Reuters, que o objetivo do grupo é enviar um sinal contundente de causa e de propósito comuns, o qual é, basicamente, apresentar o Quad como um novo elemento das relações econômicas e políticas no Indo-Pacífico, além de defender a soberania e a liberdade comercial na região para fazer acordos segundo seus interesses e não ser condicionada às demandas da China. Em comunicado conjunto do Japão e da Índia, o líder japonês, Yoshihide Suga, disse estar alarmado com as tentativas unilaterais da China de mudar o “status quo” no Mar da China oriental e meridional. Diante dessa movimentação na Ásia, Pequim fez uma advertência à nova aliança que está sendo formada. No entanto, os ministros do Quad não fizeram menções diretas à China durante o encontro. Ademais, após a eleição de Joe Biden, a mídia estatal chinesa publicou artigos sugerindo que a Índia deveria abandonar a aliança do quarteto. Contudo, o governo indiano, em crise diplomática com o governo de Pequim provocada pelos enfrentamentos no Himalaia ao longo de 2020, não cedeu à pressão. Austrália e Japão ressaltaram o fortalecimento da aliança, visto que suas relações com a China também estão estremecidas. O governo nipônico apresentou um estreitamento nas relações com Mianmar – país que, historicamente, tem a China como principal fonte de apoio - mas, devido ao golpe militar ocorrido em fevereiro deste ano, essas relações estão enfraquecidas. Já a participação australiana em exercícios navais na costa indiana junto com os outros países do Quad em 2020 é o motivo pelo qual a China tem mantido suas interações com o país mais tensas.

Fontes: [Al Jazeera](#), 10/03/2021; [Exame](#), 12/30/2021; [Share America](#), 12/03/2021.

Temas sensíveis marcam a reunião entre China e EUA no Alasca

No dia 19 de março de 2021, China e EUA reuniram-se na cidade de Anchorage, no Alasca, com o objetivo de tornar a relação bilateral entre os países mais positiva, após a eleição de Joe Biden. O ministro das Relações Exteriores da China, Wang Yi, afirmou que nos últimos anos as relações China-EUA desviaram-se do caminho normal, ao enfrentar as maiores dificuldades desde o estabelecimento das relações diplomáticas. Por outro lado, afirmou que a Cúpula poderia ser

um momento de renovação. Contudo, a condução do debate quanto a temas sensíveis logo no início da reunião – como a questão dos direitos humanos envolvendo Hong Kong, Xinjiang e Taiwan, dos ataques cibernéticos, bem como a disputa econômica – afastaram a reunião da trajetória esperada. Após a declaração de Antony Blinken, secretário de Estado dos EUA, de que o governo Biden e seus aliados estão unidos para lutar contra o crescente autoritarismo e assertividade da China em seu âmbito doméstico e no exterior, a reação por parte do lado chinês foi imediata. Yang Jiechi, diplomata chinês, exigiu que os EUA parassem de promover sua própria versão de democracia, alegando que muitas pessoas confiam pouco na democracia estadunidense. Além disso, a questão dos direitos humanos nos EUA passou a ganhar ênfase na mídia estatal chinesa, ao divulgar que as minorias étnicas nos Estados Unidos são devastadas pela discriminação racial e que o racismo existe de modo abrangente, sistemático e contínuo. Ademais, alegando ameaça a sua soberania e aos seus interesses, a China impôs sanções à indivíduos e entidades da União Europeia, do Reino Unido, EUA e Canadá, afirmando que a alegação de que há um genocídio em Xinjiang na China é a maior mentira do século. Apesar de não haver muito avanço nesses temas sensíveis, a questão das mudanças climáticas foi um ponto de aproximação entre China e EUA. No final da Cúpula do Alasca, os dois países decidiram estabelecer um grupo de trabalho conjunto sobre mudanças climáticas, com o objetivo de aprimorar a comunicação e a cooperação no tema.

Fontes: [CNN](#), 19/03/2021; [The Guardian](#), 19/02/2021; [SCMP](#), 19/03/2021; [Xinhua](#), 20/03/2021; [Xinhua](#), 22/03/2021; [Xinhua](#), 24/03/2021.

China promove o diálogo entre lideranças parlamentares

O presidente do Comitê Permanente da Assembleia Popular Nacional da China, Li Zhanshu, esteve engajado em fortalecer o intercâmbio entre o Poder Legislativo chinês e seus homólogos em Nações com as quais o país mantém laços diplomáticos. Parte da agenda do legislador é motivada pela necessidade de construir uma rede de apoio capaz de fazer frente a coalizão formada pelo Reino Unido, Estados Unidos, Austrália e Canadá, que mobilizam

a questão de Xinjiang e de Hong Kong em uma campanha contra o governo chinês. Em 17 de março, o alto-legislador chinês se reuniu com o congressista Nurlan Nigmatulin, do Cazaquistão, onde reforçou o interesse do Congresso Popular Nacional em cooperar com o país. No dia 25 de março, Zhanshu se reuniu com o presidente da Câmara dos deputados do Brasil, Arthur Lira, com o qual dialogou sobre as relações bilaterais entre os países na economia, comércio, infraestrutura, energia e agropecuária. No mesmo dia também ocorreu a reunião com os representantes do legislativo da Turquia, Afeganistão, Irã, Paquistão e Rússia para tratar de cooperação em saúde pública, cooperação para o desenvolvimento sustentável e para a construção de infraestruturas comuns dentro da Iniciativa do Cinturão e Rota. Os legisladores reunidos também discutiram sobre segurança regional coletiva e contraterrorismo, sobretudo em relação às disputas recentes acerca das violações de direitos humanos em Xinjiang. Em 26 de março foi a vez do legislador se reunir com a senadora Tanzila Narbayeva, do Uzbequistão, para negociar a aproximação e o diálogo entre o legislativo dos dois países onde também foram discutidas a cooperação no combate a Covid-19 e esforços de promoção econômica e comercial no âmbito da Iniciativa do Cinturão e Rota. No dia 31 de março, Li Zhanshu se reuniu com o homólogo Gombojav Zandanshatar, do Cazaquistão, e novamente a agenda bilateral concentrou-se em temas de saúde pública global, economia e integração infraestrutural.

Fontes: [Xinhua](#), 17/03/2021; [Kazinform](#): 18/03/2021; [Ecns.cn](#); 26/03/2021; [Xinhua](#), 26/03/2021; [Xinhua](#), 27/03/2021; [Xinhua](#), 27/03/2021; [Xinhua](#), 31/01/2021.

Putin estabelece a diplomacia do “muito mais é quem me diz” com EUA

No dia 17 de março de 2021, em entrevista veiculada pela emissora ABC News, o presidente dos EUA, Joe Biden, foi perguntado por George Stephanopoulos, entrevistador da emissora em questão, se conhece o presidente russo Vladimir Putin e se acredita que o mesmo seja um assassino. A pergunta se desencadeou durante a conversa entre os dois, quando surgiu o assunto da tentativa de os russos prejudicarem a reputação da candidatura de Biden

nas eleições de 2020, sob uma possível supervisão de Putin. Ainda neste contexto, o presidente dos EUA afirmou que o governo Putin pagará o preço por tal tentativa de interferência. Um dia após a declaração de Biden, Putin utilizou recordações de infância em entrevista à rede nacional de televisão para responder ao presidente: “Eu me lembro na minha infância, quando discutíamos no pátio do colégio, e nós dizíamos ‘muito mais é quem me diz’. E não há coincidência. Não é só um ditado infantil. O sentido psicológico aqui é muito profundo”. Ademais, lhe desejou que permaneça com boa saúde. Também em resposta a Biden, o porta-voz do Kremlin, Dmitry Peskov, afirmou que as acusações são infundadas e complementou dizendo que lamenta mais uma vez que “materiais, que estão longe de ter qualquer qualidade, sejam usados como pretexto para fazer avançar a questão de mais sanções” contra a Rússia. A troca de hostilidade entre Biden e Putin resultou em algo maior que um constrangimento diplomático. Fez permanecer no papel o possível encontro entre Biden e Putin, deixando em suspenso qualquer declaração conjunta de prosperidade e respeito ao histórico da relação bilateral. A tensão política se agravou com a convocação do embaixador da Rússia nos EUA pelo governo de Putin no dia 18 de março, logo após a declaração do presidente estadunidense. Tanto o retorno do embaixador quanto o encontro entre Biden e Putin seguem sem previsão.

Fontes: [Kp](#), 17/03/2021; [Tass](#), 18/03/2021; [Tass](#), 22/03/2021; [The Moscow Times](#), 30/03/2021.

Apesar da pandemia, no 8 de março movimentos de mulheres reivindicam direitos

O 8 de março de 2021, Dia Internacional da Mulher, foi marcado por manifestações e importantes atividades virtuais em diversos países da América Latina. Em 24 horas, foram contabilizados 121.807 tweets de 66.607 usuários. Dos 10 países mais presentes na rede, sete são latino-americanos: Argentina, Brasil, Chile, Equador, México, Paraguai e Uruguai. Espanha, Polônia e Estados Unidos completam o quadro de localidades com maior índice de participação na rede com a “hashtag” #8M. Para além das pautas que costumam aparecer, como a questão de desigualdade salarial e da violência, os

protestos desse ano foram marcados pela luta contra os efeitos da pandemia em relação às mulheres em nível global. No Brasil, as demandas incluíram a cobrança de vacinas, auxílio emergencial e o impeachment do presidente Bolsonaro. A pandemia também potencializou outros problemas, como o aumento de 36% de ligações de emergência sobre casos de violência doméstica e o aumento de 1,9% nos casos de feminicídio durante o ano de 2020. Também foram ressaltados as escolhas políticas e o déficit democrático do atual governo como responsáveis. No Brasil, a única medida de combate ao vírus que foi direcionada às mulheres foi o duplo auxílio emergencial para mães solo. As demandas dos movimentos e organizações sociais no país foram sintetizadas em um manifesto assinado por mais de 80 organizações nacionais.

Fontes: [Brasil de Fato](#), 01/03/2021; [Brasil de Fato](#), 04/03/2021; [Brasil de Fato](#), 04/03/2021; [Folha de S. Paulo](#), 13/03/2021; [Gênero e Número](#), 29/03/2021.

Sobre o LATITUDE SUL:

O LATITUDE SUL é uma plataforma de produção e difusão de informações e conhecimento sobre o lugar político, econômico, social e epistemológico do “Sul” nas relações internacionais, congregando, para isso, quatro grupos de pesquisa do CNPq.

latsul.org

